



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 135

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 320^a SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE OUTUBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ALCIDES LIMA — Atuação política desenvolvida no Estado de Rondônia, pelo Sr. Samuel Sales Saraiva.

DEPUTADO GOMES DA SILVA — Reivindicações formuladas ao Senhor Presidente da República pelas Associações de Reflorestadores dos Estados que integram o Nordeste Oriental.

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Liderança do PMDB nas pesquisas de opinião pública sobre as eleições de 15 de novembro próximo.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Observações sobre o discurso de seu antecessor na tribuna.

DEPUTADO ADEMIR ANDRADE — Defesa da atuação do Projeto RADAMBRASIL na Região amazonica.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Apelo às autoridades que especifica, em favor de medidas que possibilitem o refinanciamento da dívida dos trabalhadores rurais da região de Andradina — SP.

DEPUTADO JONAS PINHEIRO — X Congresso Nacional dos Radialistas em realização na cidade de Maceió — AL.

DEPUTADO FERREIRA MARTINS — Críticas à atuação desenvolvida pelo Sr. Franco Montoro, à frente do Governo do Estado de São Paulo.

DEPUTADO OSWALDO TREVISAN — Exposição feita pelo Sr. Camilo Calazans, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, que apura as irregularidades do sistema bancário brasileiro.

DEPUTADO FRANCISCO ROLLEMBERG — Considerações sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.

DEPUTADO NELSON MARCHEZAN — Apoio de S. Ex^a ao posicionamento do Governador Jair Soares, sobre a reformulação da política tributária. Documento recebido da União dos Profissionais Liberais da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, contendo sugestões para a recuperação daquela empresa. Apelo ao Governo Federal em favor de providências que visem possibilitar a continuidade do Projeto Cidade de Porte Médio na cidade de Santa Maria — RS.

DEPUTADO MENDES BOTELHO — Considerações sobre os compromissos da Aliança Democrática para com a Nação.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Posicionamento de S. Ex^a favorável à aprovação da matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Concessão, à Rede Amazônica de Rádio e TV do satélite doméstico BRASILSAT.

DEPUTADOS ÁLVARO VALLE, CELSO PEÇANHA, SÉRGIO LOMBA E VALMOR GIavarina, como Líderes — Proposta de Emenda à Constituição nº 85, de 1984, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 85/84, que modifica o art. 3º e seu parágrafo único e acrescenta outras alterações na Constituição Federal. Votação adiada por falta de quorum.

1.3.1 — Comunicações da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 45 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 321^a SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE OUTUBRO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.2 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Valmor Giavarina e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 320^a Sessão Conjunta, em 16 de outubro de 1985

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 19 HORAS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins

— Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Juárez — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Calvalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro —

Itamar Franco — Murilo Badaró — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSE LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Correia Lima — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; César Cals Neto — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçilio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leonel Belém — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Piamentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araújo — PFL.

Rio Grande do Norte

Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Edmê Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Carlos Magalhães — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Félix Mendonça — PTB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildálio de Senna — PMDB; Ruy Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDS; Alair Ferreira — PDS; Aloisio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Dado Coimbra — PMDB; Edson Tessier — PTB; Emmanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Júlio Caruso — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Willmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Dimas Perin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nilton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Piamenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Arilton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; José Genoino — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Paulo Maluf — PDS; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Edison Garcia — PFL; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Ary Kfuri — PDS; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PFL; Norton Macedo — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephan — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Fernando Bastos — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Paulo Meiro — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Tein — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Minearone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 294 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Alcides Lima.

O SR. ALCIDES LIMA (PFL — PR) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na Sessão conjunta do Congresso Nacional do dia 30 de novembro de 1982, o então Deputado Federal Jerônimo Santana, de Rondônia, assumiu a tribuna deste Parlamento para registrar a participação da juventude naquela campanha eleitoral, tendo destacado a brilhante atuação de Samuel Sales Saraiva. Em certa altura de seu discurso, o parlamentar afirmou:

"Acompanhei de perto o desempenho e o sacrifício de Samuel Saraiva nesta eleição. Político da nova geração, foi candidato à Câmara dos Deputados, aos 25 anos, alcançando uma suplência, após travar luta desigual contra a força do capital e a corrupção generalizada do Governador em favor de seu partido, o PDS. Seguramente, em 15 de novembro de 1986, o nome de Samuel Saraiva estará mais uma vez nas urnas, como candidato dos jovens e das classes exploradas."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não bastasse o testemunho do Presidente de seu partido sobre o idealismo de Saraiva, ele vez a seguinte declaração, em entrevista à imprensa de Rondônia, ao saber do resultado das eleições:

"Foram anos de suor e labuta; nas escolas, na universidade e na político-partidária, tentando alcançar a estrutura necessária para lutar pelo Estado onde nasci. Por um momento me sinto triste, porém creio que isso se transformará em raízes do meu ideal em favor da causa popular. Perdi agora uma batalha, mas a guerra apenas se inicia. Lutarei ainda mais para conscientizar meu povo a não se deixar enganar pelas promessas demagógicas e pelos rios

de dinheiro que costumam jogar nas eleições, na tentativa de comprar o voto e, consequentemente, a consciência cívica de nossos irmãos pátrios."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acreditar na juventude é sobretudo confiar no futuro. Por isso, deixo transcrto nos Anais desta Casa o currículum de Samuel Saraiva, na certeza de que o povo de Rondônia, ao conhecer mais sobre sua vida, saberá fazer justiça, elegendo-o, nas próximas eleições de 15 de novembro de 1986.

Eis o teor:

Samuel Sales Saraiva nasceu na cidade de Porto Velho, Rondônia, em 4 de setembro de 1957, filho do ex-combatente Jairo de Freitas Saraiva e da odontóloga Adamar Sales Saraiva.

FORMAÇÃO ESCOLAR**Superior**

Relações Internacionais.

Faculdade de Ciencias Políticas y Sociales

Universidad Nacional Autonoma de México

Período 1975-1978

Segundo Grau

Secretaria Especial de Ensino Especializado — MEC

Secretaria de Educação e Cultura — Porto Alegre — RS

Período 1974

Primeiro Grau

Grupo Escolar Getúlio Vargas — Porto Velho — RO

Ginásio Mal. Castelo Branco — Porto velho — RO

Ginásio Brasil — Porto Velho — RO

SENAI — Porto Velho — RO

Funções Desempenhadas**ASSISTENTE PARLAMENTAR**

Câmara dos Deputados — 1980

OFICIAL DE GABINETE DA LIDERANÇA DO PMDB

Câmara dos Deputados — 1982

ASSESSOR PARLAMENTAR DO GOVERNO DE RONDÔNIA

Senado Federal e Câmara dos Deputados — 1985

Trabalhos Realizados**O BRASIL E O OCIDENTE**

Departamento de Ciência Política — Universidade de Brasília — UnB

RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS BRASIL-URSS

Departamento de Relações Internacionais — Universidade de Brasília — UnB

O SINDICALISMO NO BRASIL

Departamento de Ciência Política — Universidade de Brasília — UnB

Outros Cursos**DIREITO DIPLOMÁTICO** — Departamento de Direito da Universidade de Brasília — UnB**POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL** — Departamento de Relações Internacionais — UNB**ECONOMIA POLÍTICA** — Facultad de Ciencias Políticas y Sociales — UNAM — México**Atividades Político-Partidárias****MEMBRO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO** — MDB — RO**FUNDADOR E PRESIDENTE DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA** — PDT — RO. 1981**MEMBRO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO** — PMDB — RO. 1982**AUTOR DE MOÇÃO APROVADA NA I CONVENÇÃO NACIONAL DO PMDB, PROPOSTA A CRIAÇÃO DO MOVIMENTO JOVEM NACIONAL DO PARTIDO.** (Apresentada pelo Dep. Federal CARDOZO, FREGAPANI — PMDB — RS)**CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL, PELO PMDB DO ESTADO DE RONDÔNIA, EM 1982.****DIPLOMADO SUPLENTE DE DEPUTADO FEDERAL PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL 1983.****Discursos feitos no Congresso Nacional****sobre Atividades Político-Partidárias**

Deputado Cardoso Fregapani (PMDB — Rio Grande do Sul) Indicação de Samuel Saraiva ao Eng. Leonel Bri-

zola para coordenar o Partido Trabalhista Brasileiro em Rondônia. DCN-I 8-4-80.

Deputado Eloy Lenzi (PDT — Rio Grande do Sul) Registro de atentado (incêndio de carro) contra Samuel Saraiva e pedido de garantia de vida feito ao Ministro da Justiça e do Exército. DCN-I 19-8-80.

Deputado Cardoso Fregapani (PMDB — Rio Grande do Sul) Louva a atuação de Samuel Saraiva por cumprir em tempo recorde a legislação eleitoral, estruturando o Partido Democrático Trabalhista em Rondônia DCN-I 19-8-80.

Deputado Jerônimo Santana (PMDB — Rondônia) Registra renúncia de Samuel Saraiva da Presidência, do PDT em Rondônia e seu ingresso no PMDB, DCN-I 22-10-80.

Deputado Gilson de Barros (PMDB — Mato Grosso) Revela aprovação de autoria de Samuel Saraiva criando o movimento jovem nacional do PMDB e sua candidatura a Dep. Federal. DCN-I 5-6-81.

Deputado Álvaro Dias (PMDB — Pará) Sobre ação popular movida por Samuel Saraiva, na Justiça Federal, contra abuso de poder por parte do Coronel-Governador de Rondônia: DCN-I 28-8-81.

Deputado Mário Frota (PMDB — Amazonas) Registra Mandado de Segurança impetrado no Supremo Tribunal Federal contra a Mesa da Câmara dos Deputados visando sustar decreto-lei que previa a criação do Estado de Rondônia, com nomeação do 1º Governador. DCN-I 9-10-81.

Deputado Isaac Newton (PDS — Rondônia) Critica Mandado de Segurança de autoria de Samuel Saraiva e defende a nomeação do 1º Governador do Estado sem submeter-se ao voto popular.

Deputado Gilson de Barros (PMDB — Mato Grosso) Elogia liderança de Samuel Saraiva e registra manifesto enviado ao povo de Rondônia. DCN-I 22-12-81.

Deputado Adhemar Santillo (PMDB — Goiás) Critica perseguição do Secretário de Segurança Pública de Rondônia a Samuel Saraiva e solicita providências do Ministério da Justiça. DCN-I 4-82.

Deputado Mário Frota (PMDB — Amazonas) Denuncia abuso de poder do Secretário de Segurança Pública de Rondônia, perseguição a Samuel Saraiva e outros membros do PMDB. DCN-C 30-4-82.

Deputado Jerônimo Santana (PMDB — Rondônia) Discursa sobre a vida de Samuel Saraiva, sua participação nas eleições federais de 1982. DCN-C 1-10-82.

Deputado Amadeu Gera (PMDB — Paraná) Transcreve manifesto que recebeu de Samuel Saraiva, assinado por todos os Membros do PMDB de Rondônia, manifestando apoio unânime do Partido à candidatura de Jerônimo Santana ao Governo do Estado em 86.

Senador Carlos Alberto (PDS — Rio Grande do Norte) Transcreve no Senado Federal documento expedido pela Universidade de Brasília sobre a conclusão do curso de Direito-Diplomático por Samuel Saraiva, ministrado pelo Embaixador J.O de Meira Penna. DCN-I 14-8-85.

Deputado Gasthorne Righi (Líder do PTB) Registra documento de Samuel Saraiva encaminhado ao Presidente da República José Sarney, denunciando violência policial nos garimpos, solicitando a permanência dos garimpeiros e apontando corrupção no Governo de Rondônia DCN-I 14-8-85.

Deputado Djalma Bom (Líder do PT) Pede transcrição de documento enviado à Presidência da República pelo Suplente de Deputado Federal Samuel Saraiva, solicitando intervenção federal em Rondônia por fatos que menciona. DCN-C em 22-8-85.

Era o que tinha a dizer! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gomes da Silva.

O SR. GOMES DA SILVA (PDS — CE) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As Associações de Reflorestadores dos Estados que integram o Nordeste Oriental têm-se dirigido ao Presi-

dente da República, para denunciar medidas recentemente adotadas pelo IBDF, que ferem profundamente os interesses dessa parte da região, que teve promessa de tratamento prioritário na pregação do Presidente Tancredo Neves.

Assinala a denúncia que o IBDF, em princípio de junho, promoveu a redução das áreas do programa de reflorestamento do Nordeste Setentrional em cerca de 40.000 hectares, segundo critérios dirigidos pelo intuito de prejudicar essa parte da região, única a sofrer redução de área, representando uma perda de mais de cem bilhões de cruzeiros de recursos, oitenta mil empregos diretos e agravamento do êxodo rural. Em seguida, o IBDF promoveu uma redução de vinte por cento das áreas implantadas, medida que não penalizou nem a Bahia, nem o norte de Minas Gerais, incluídos, por mera ficção jurídica, na área nordestina, para absorver setenta por cento dos incentivos florestais destinados à área da SUDENE.

Alega-se que as áreas subtraídas serão distribuídas por novos empresários comprometidos com a Nova República, ou para atendimento aos prejudicados que fizessem pedidos de reconsideração ao IBDF, submetendo-se à fiscalização.

Entende-se que os recursos sejam fiscalizados, mas em todos os Estados que recebam incentivos do IBDF e não exclusivamente no Norte e no Nordeste, como tem ocorrido.

Não se entenderia uma seleção pelos resultados, tanto mais quanto a região sofreu uma seca de cinco anos, além de algumas inundações, evidentemente em prejuízo do reflorestamento.

Os prejudicados sugerem que:

a) sejam suspensas ou anuladas as respostas das cartas-consulta, procedimento anteriormente registrado na história do IBDF, para que se estudem soluções capazes de compatibilizar os múltiplos interesses envolvidos;

b) sejam mantidas as mesmas áreas aprovadas no ano anterior para o Nordeste Setentrional, corrigida a injusta distribuição entre os Estados;

c) se houver necessidade de cortes de verba, que ocorram a nível nacional, não a injusta supressão de vinte por cento dos auxílios destinados ao Nordeste Setentrional;

d) na hipótese de cortes na região, prefira-se fazê-lo em Minas Gerais e na Bahia, que detêm dois terços dos incentivos florestais na região.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estamos há trinta dias das eleições para as capitais do País e o PMDB, o Partido do povo, acelera, segundo a revista *Veja*, na curva da chegada.

Estamos já quase certos de que ganharemos em dezenas capitais do Brasil e vamos impor os métodos e aprimoramento dos costumes neste País; vamos tomar conta de ponta a ponta; vamos, realmente, fazer aquilo que foi prometido por Tancredo Neves: um mutirão de consciência neste País.

Aqui está a maneira como o povo começo a entender que não vimos para enganar ninguém, que não vimos para mentir a ninguém, que não vimos aqui para dizer que vamos consertar o Brasil de um dia para o outro, mas vimos, sinceramente, para trabalhar e modificar a fisionomia deste País, com sinceridade, com respeito e com trabalho.

Em São Paulo, o nosso candidato já passa na frente. Quem assiste o programa de propaganda política do nosso Partido vê claramente o PMDB deslanchando. O PMDB cantando na rua já a vitória que se aproxima.

E isto que vamos comemorar no dia 15 de novembro: a vitória extraordinária do PMDB, de ponta a ponta neste País, porque é ainda a continuação daquela luta pelas diretas. O povo foi às ruas para fazer as mudanças, mas sabe perfeitamente que essas mudanças são difíceis, que elas dependem de uma série de acertos, de uma série de modificações que só as eleições de 15 de novembro podem registrar. E aqui já está então o entendimento popular.

O povo não é bobo, o povo não se engana fácil, o povo não está pensando em retroceder, o povo não vai aceitar a propaganda que se faz, por exemplo, na minha Capital, de que está-se lutando contra a corrupção quando se tem ao lado o Sr. José Maria Marin. Então, a vassoura do Sr. Jânio Quadros varre para dentro. Qual é o segmento da sociedade que mais está ganhando e sufocando o povo brasileiro senão os banqueiros? Quem está lá com o Sr. Jânio Quadros senão o Sr. Olavo Setúbal? Então, que mudança é essa? O que querem de nós? O que querem dos paulistas? E nós oferecemos um homem capaz, um homem moço, um homem corajoso, um líder nacional para dirigir a grande Prefeitura de São Paulo. Nós não, podemos aceitar assim, tão facilmente, a enganação para o povo, a maneira com que querem mistificar uma coisa que não pode ser. Eleição é coisa séria, eleição é, realmente, a manifestação popular, mas nós não podemos enganar o povo, eis por que já em 16 capitais do País o PMDB toma a frente, o PMDB vai ganhar, o PMDB vai colocar os seus homens sérios e de confiança para dirigir esta Nação, e eu tenho certeza, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que a partir de agora, nestes últimos dias, a arrancada vai ser muito maior, a arrancada vai ser da vitória. Em São Paulo, o PDT caiu, o PT não cresce, mas o PMDB começa a tomar a dianteira, porque lá há uma conjugação de esforços, um esforço maior para chegarmos realmente ao domínio da Prefeitura de São Paulo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Depois de um período que me obrigou a permanecer em um hospital, face a uma cirurgia, felizmente não muito séria, gostaria de agradecer a solidariedade dos companheiros Deputados, os telegramas e telefonemas. Agora volto, estou aqui e ouço o nobre Deputado Marcondes Pereira, um grande amigo, um grande lutador, representante da região mais bela de São Paulo, o Vale do Paraíba.

Só que, nobre Deputado Marcondes Pereira, do Vale do Paraíba, do verdejante campo à Cidade de São Paulo há uma diferença tão flagrante que, em verdade, temos que dividir entre um campo de observação e outro. Talvez lá, em São José dos Campos, pelas imediações do vale, tudo aquilo a que V. Ex^e acabou de se referir seja verdade, arrisco até e ouso afirmar que creio na palavra de V. Ex^e, mas a Cidade de São Paulo, com 4 milhões e 800 mil eleitores, posso dizer também que tenho obrigação de conhecê-la. Nasci ali, fui Vereador ali, Deputado em três Legislaturas, cassado em 1964, e ultimamente recebi 120 mil votos só naquela cidade e com isto posso dizer-lhe, Deputado Marcondes Pereira, que o Governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, a partir do ilustre Deputado Mário Covas, prefeito nomeado, até nos umbrais do Palácio do Governo, toda essa máquina, máquina possante, está investida na campanha do candidato do PMDB.

Lembro-me que outrora aqui se falava da máquina a serviço do Partido Democrático Social. Agora é a máquina a serviço do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e inclusive Deputados do Partido de V. Ex^e ocuparam tribunas de rádio e televisão para dizer que o Secretário dos Negócios do Interior, grande amigo e idealista também, está colocando máquina a serviço da campanha do prefeito do PMDB. E mais, quando se falava aqui, no passado, enquanto se combatia a oligarquia que dominava, de cuja entranya tivemos notícia, aquela ocupava o microfone para combatê-la, e devo combater agora também o uso dessa máquina. São 500 mil camisetas, toda a Administração Municipal, 17 Regionais, perseguições na CMTI, a Companhia Municipal de Transportes Coletivos. Basta alguém da prefeitura ostentar o distintivo que é a vassourinha de Jânio, para ser removido, para ser espezinhado e ter conspurcadas a alma e a família.

É isso que está ocorrendo em São Paulo, Deputado Marcondes Pereira. Nós não podemos nos iludir, essa é a verdade. Agora, não vou entrar no mérito da vitória porque, tenho certeza absoluta, que o povo vai dizer. Não vim aqui para fazer campanha eleitoral de quem quer que seja mas, para fazer uma denúncia grave, a de que o

PMDB está deslustrando o seu passado, deslustrando a sua história porque, aqui, cantou-se em verso e prosa que o PMDB não tinha 200 Deputados, tinha 201. Ao lado do PMDB fizemos uma belíssima luta contra a oligarquia que dominava, e agora devo dizer a V. Ex^e que, em São Paulo, existe o mesmo modelo praticado pelos oligarcas do passado que nós derrubamos aqui, o mesmo modelo, a mesma perseguição. Tengo certeza absoluta de que tudo isso vai ser dissipado no dia 15 porque, em verdade, Deputado Marcondes Pereira, nós não podemos ilaquear a boa fé de quantos vieram a ler o Diário Oficial. O PMDB não é, em São Paulo, aquilo que V. Ex^e está dizendo agora.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sensível a toda a ordem de fatores que digam respeito diretamente à Região Amazônica, venho à Tribuna esta noite para registrar nosso apoio em favor da implantação de importante serviço que, se efetivado, trará grandes benefícios àquela vasta área.

Falo das atividades desenvolvidas pela equipe do Projeto RADAMBRASIL; as quais infelizmente não estão ainda sendo executadas na região amazônica, onde, aliás, foram iniciadas e sempre tiveram pleno êxito em seus propósitos.

Um magnífico trabalho de mapeamento dos recursos naturais foi iniciado na Região Amazônica pelo então Projeto RADAM, que por anos produziu serviços que resultaram num avanço do conhecimento de toda a Amazônia Legal Brasileira, contribuindo significativamente para o amadurecimento do pensamento científico do Brasil, através de atividades impares até a oportunidade.

Os resultados obtidos foram tão satisfatórios que permitiram a viabilização de uma nova estrutura ao Projeto RADAM, que passou a Projeto RADAMBRASIL; com a finalidade de efetuar no restante do território nacional o que fora feito na Amazônia.

Toda a equipe do RADAMBRASIL é formada por técnicos e pessoal de apoio especialmente treinados para interpretar com desenvoltura imagens de radar, Landsat e outros sensores, retirando daí informações de caráter geológico, geomorfológico, pedológico, cobertura vegetal, capacidade de uso da terra e cartografia temática.

Toda a estrutura de recursos humanos, técnicos e materiais chegou a correr o risco de ser desmobilizado totalmente. Em boa hora o Presidente José Sarney determinou a absorção do Projeto RADAMBRASIL pela Fundação IBGE, através do Decreto nº 91.295, que permitiu a garantia da manutenção da única equipe multidisciplinar para levantamentos integrados de recursos naturais no país.

E com a passagem do Projeto RADAMBRASIL para a Fundação IBGE, os trabalhos foram mantidos através de Departamentos Regionais de Recursos Naturais e Meio Ambiente, que funcionarão nas regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste.

A nossa luta, Srs. Congressistas, é pela continuidade e pelo aprofundamento das pesquisas que foram feitas pelo antigo Projeto RADAM; isto porque a Amazônia, pela vasta área que ocupa e pelo potencial de seus recursos naturais, tem necessidade de levantamentos mais detalhados e constantes que atendam ao planejamento e exploração racional daquela área.

Desta forma, torna-se óbvio e necessário que seja estudada com atenção a implantação de um Departamento Regional de Recursos Naturais e Meio Ambiente também na Amazônia, e que seja instalado em Belém do Pará.

Não se aceita que queira desenvolver uma área de maneira improvisada, apoiando-se em programas inconsistentes, diante de um conhecimento na maioria das vezes apenas superficial, de determinados elementos básicos.

O progresso e o desenvolvimento da Amazônia só poderá se dar com a participação efetiva da população regional neste processo, mas é imprescindível, para isso o conhecimento aprofundado de suas próprias riquezas e recursos.

Já enviei ao Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Sayad e ao Presidente da Fundação IBGE, Edmar Lisboa Bacha, nossa manifestação de defesa da instalação do já citado Departamento em Belém, para que possa ter continuidade o atendimento às necessidades de informações científicas daí para a Região amazônica.

É imprescindível e prioritária a atenção que as autoridades devem dar a esta luta, que refere-se a uma aspiração da comunidade científica e que trará importantes subsídios a quem queira projetar o desenvolvimento para a Amazônia Legal.

Esta é a nossa manifestação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Não posso deixar de, inicialmente, manifestar no meu discurso, uma palavra de regozijo pela volta de S. Ex^a a presidir os trabalhos do Congresso. Depois de uma ausência de alguns meses, motivada por problemas de saúde, é uma prazer para os seus amigos e para os seus admiradores revê-lo firme e forte no comando do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. ADAIL VETTORAZZO — Sr. Presidente, eu ouço falar em reforma agrária, eu até soube que o Presidente José Sarney anunciou, dias atrás um Plano Nacional de Reforma Agrária. Pensa o Governo Federal em implantá-la ainda nos próximos meses. E eu fico preocupado porque este mesmo Governo, que anuncia um Plano Nacional de Reforma Agrária, tem se negado a atender os milhares de lavradores de Andradina e de toda região Oeste de São Paulo, que não querem desapropriação, que têm as suas próprias terras, que querem simplesmente trabalhar para pagar a dívida que contrairam com bancos particulares.

O que está acontecendo em Andradina é a própria negação de qualquer projeto de reforma agrária neste País. Os ruricolas, os pequenos proprietários daquela região do interior de São Paulo contraíram, com os bancos particulares, empréstimos para a aquisição de tratores e implementos agrícolas para a safra de 1985. Infelizmente, Sr. Presidente, o tempo não foi favorável, São Pedro não ajudou a região e quando iniciavam o plantio faltou chuva, e quando estavam na época da colheita as chuvas sobraram, e o amendoim e o algodão foram praticamente perdidos. E aqueles agricultores não têm hoje, Sr. Presidente, como pagar as dívidas com os bancos particulares. O BRADESCO, inclusive, já está acionando aqueles proprietários na Justiça, e os Oficiais de Justiça estão indo de propriedade em propriedade para apreender os tratores financiados. Como esses trabalhadores poderão, agora, que é época de plantio, que é época do preparo da terra, como eles poderão realmente produzir, se os seus equipamentos são apreendidos, porque não conseguiram os recursos da safra passada para cobrir os financiamentos que fizeram? E o que pedem esses lavradores, o que pedem esses pequenos proprietários rurais, aproximadamente mil, é que o Governo lhes refinancie a dívida, através do Banco do Brasil. Não querem anistia; São Paulo, pelo seu trabalhador rural, não quer anistia de dívida, São Paulo quer ter o direito de trabalhar e de honrar os seus compromissos. É isso que pretende o trabalhador de Andradina e de toda a região. E um Presidente que anuncia um Plano Nacional de Reforma Agrária, sequer atende às reivindicações desses trabalhadores.

Faço, Sr. Presidente, desta tribuna mais um apelo, um apelo quase que patético às autoridades da Nova República, às Lideranças do PMDB e da Frente Liberal, aqui presentes, para que tentem sensibilizar o Governo e que esse mesmo Governo possa atender, através do Banco do Brasil, o refinanciamento da dívida dos trabalhadores da região de Andradina. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jonas Pinheiro.

O SR. JÓNAS PINHEIRO (PDS — MT) Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A partir de hoje realiza-se na cidade de Maceió, capital de Alagoas, o X Congresso Nacional dos Radialistas.

Este evento congrega esta categoria de profissionais onde discutirão vários assuntos de interesse da classe, bem como não deixa de tornar-se também um confraternização e troca de experiências entre as diversas delegações estaduais.

Devemos registrar na oportunidade o carinho que temos com esses profissionais que a todo momento seja no nosso lar, nas ruas, para pequena ou grande platéia faz da comunicação, sobretudo de massa, todo tipo de informação que a sociedade necessita.

E humanamente imprescindível que todos nós vivamos ligados na atividade dos radialistas em toda sua abrangência, seja através do rádio, televisão e espetáculo de toda natureza. Esta categoria profissional está inteiramente ligada ao mundo atual. Passou a ser produto de 1ª necessidade.

Qualquer outra profissão, econômica ou social tem seu apoio na comunicação. E o radialista funciona como elo de ligação e apoio entre todos, na sublime missão de informar dentro do interesse de cada uma.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero congratular-me com o X Congresso Nacional, com todos os radialistas do Brasil e particularmente com os 700 profissionais registrados em Mato Grosso.

Gostaria ainda de desejar meus sinceros votos de felicidades no encontro à delegação mato-grossense, composta pelo Presidente do Sindicato dos Radialistas Profissionais de Mato Grosso, Samuel Levy, e os componentes associados Levy Dias, Vivalda Viúvão, Lelita Silva, Pedro Barros e Margareth Calhau.

Rogamos que desse evento, proveitos sejam adquiridos para a grandeza de cada profissional, sua família e suas atividades.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ferreira Martins.

O SR. FERREIRA MARTINS (PDS — SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Muitos Deputados do PDS e de outros partidos de São Paulo, têm ocupado esta tribuna e a tribuna da Câmara, para fazer um retrato falado do que não é o Governo Montoro em São Paulo, aliás, o pior governo que São Paulo já teve, indiscutivelmente. Ocorre, porém, que somos sempre contestados, com argumentos fracos, é verdade, mas ocorreu hoje, na Câmara, algo que é preciso ficar registrado nos Anais do Congresso. O Deputado do PMDB, o mais votado no Estado de São Paulo e de larga tradição política, Samir Achôa, durante a sessão de hoje à tarde da Câmara fez uma série de considerações que, na verdade, devem e solicito que sejam inseridas nos Anais do Congresso, porque põem a nu, efetivamente, o Governo de Montoro. Trata-se de um Vice-Líder do PMDB e o Deputado Federal mais votado no Estado de São Paulo. Creio que o seu testemunho é indiscutível e deveria ter sido ouvido por todos aqueles que têm a coragem de vir aqui defender o Governo do Estado de São Paulo. Na realidade, Franco Montoro hoje é um desacreditado, um desacreditado que tira votos do seu candidato à Prefeitura de São Paulo que, apesar das pesquisas encomendadas, na realidade, não chegará à Prefeitura por todas as razões e por mais essa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na manhã de hoje, compareceu à Comissão Parlamentar de Inquérito, desta Casa, que apura as irregularidades do sistema bancário brasileiro, o Sr. Presidente do Banco do Brasil, Camillo Calazans de Magalhães, e numa exposição bastante clara e bastante didática o Sr. Calazans mostrou à Casa, de maneira bastante objetiva, o porquê houve nos últimos anos um esvaziamento do Banco do Brasil, contrário aos interesses nacionais.

Fala-se muito na dívida externa e discute-se como e porquê foi feita essa dívida externa. E, na medida em que nós vamos nos dedicando ao estudo da questão, nós va-

mos ver que grande parte dessa dívida externa foi contraída por erros na condução da política econômica deste País, haja vista a Resolução nº 63, que possibilitou ou forçou muitas empresas nacionais e, também, o sistema bancário brasileiro a buscar recursos em dólares no exterior e repassar esses recursos; aqui, para a economia nacional a custos elevados, aumentando grandemente os nossos compromissos no exterior e ocasionando a grande alta na taxa de juros que enfrentamos até hoje.

Utilizando-se dessa Resolução nº 63, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo passou a fazer repasses desses empréstimos no exterior, em dólares, para as cooperativas. Notadamente, as cooperativas do Sul do País.

Ora, veja, Sr. Presidente, antes do BNCC e antes da Resolução nº 63, o atendimento às cooperativas deste País era feito pelo Banco do Brasil, pela sua carteira especializada. E o Banco do Brasil com agências em todos os rincões deste País, estava próximo das cooperativas e através do seu departamento especializado ele destinava crédito, destinava assistência a essas cooperativas, orientação e, acima de tudo, fiscalização, com o que garantia o direito dos cooperados dessas cooperativas do Sul do País. Mas, esvaziaram o Banco do Brasil e quem passou a fazer empréstimos às cooperativas foi o BNCC — empréstimos em dólares. O banco longe das cooperativas, o BNCC, sem condições de assisti-las, de orientá-las ocasionou nisso que nós estamos vendo aí, o grande desastre financeiro, o grande fracasso de muitas cooperativas neste País, notadamente as cooperativas do Rio Grande do Sul e algumas do Paraná.

Então, Sr. Presidente, é hora de pensarmos e repensarmos a grande função do Banco do Brasil como instrumento de ação econômica e social, capaz de promover o nosso desenvolvimento. E hora de vermos a história de quase 200 anos de experiência na atividade agrícola neste País e o Banco do Brasil como grande instrumento de desenvolvimento. A nossa solução, uma grande ajuda que nós teremos para a retomada do nosso crescimento econômico é o fortalecimento do próprio Banco do Brasil. É este apelo, é este alerta que nós trazemos à Casa na noite de hoje. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Rollemburg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBURG (PDS — SE) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente constituem um problema de grande dimensão no contexto nacional. Estima-se, hoje, que o seu número esteja em torno de dez milhões e seiscentos mil.

Enquanto o contingente dos "sem terra" se amplia cada vez mais, os latifúndios apropriam-se de 409 milhões de hectares. Desse total, 41%, ou seja, 167,7 milhões de hectares são áreas aproveitáveis não exploradas.

Grande parte da terra, portanto, é mantida como reserva de valor. A terra permanece estocada, sem uso econômico, sem cultivo. Ocorre, assim, um desperdício de capital que poderia ser revertido na dinamização da economia.

Enquanto mais de dez milhões de famílias perambulam à procura de terra ou de emprego no meio rural, nas grandes fazendas de pecuária, um boi ocupa, em média, três hectares. Na Amazônia, no processo de ocupação de suas extensas faixas de terra, um boi desaloja uma família.

Nossa posição é mais do que conhecida; já explicitamos em várias ocasiões no Plenário desta Casa: não somos contra a existência da grande propriedade. O grande empreendimento agropecuário, quando estruturado em moldes empresariais, exerce um papel preponderante no processo de modernização da agricultura.

A grande empresa agropecuária, quando opera em escala, garante resultados econômicos satisfatórios.

O que se verifica, porém, e os dados estatísticos assim o demonstram, é que o nível de produtividade alcançado no latifúndio situa-se bem abaixo do desejável. As pequenas e médias propriedades — muito embora ocupem apenas 12% (doze por cento) da área agrícola total — são responsáveis por 56% (cinquenta e seis por cento) da produção de lavouras. Os alimentos básicos são, portanto, produzidos essencialmente nos pequenos e médios estabelecimentos rurais.

Em face desse quadro, onde se presencia, de um lado, a existência de muita terra (os latifúndios) para pouca gente e, de outro lado, muita gente (minifundistas, posseiros, parceiros, arrendatários e trabalhadores sem terra) para pouca terra, acreditamos que só um processo de reformulação total do sistema de posse e uso da terra poderá reverter esse quadro.

E nossa opinião de que a reforma agrária se põe como necessária à continuidade do próprio processo de desenvolvimento capitalista. Sem uma autêntica reforma agrária torna-se impossível ampliar o mercado interno — condição necessária para elevar a renda, aumentar o consumo de bens industriais.

A modernização conservadora que se presenciou na agricultura brasileira, nos últimos anos, manteve intacto na estrutura fundiária o parasitismo do latifúndio que persiste em manter inexploradas grandes extensões de terra.

Integrar ao processo produtivo, através de uma ampla reforma agrária, os grandes espaços inexplorados dos latifúndios não significa, em momento algum, o rompimento do sistema capitalista porque quando desapropriamos áreas improdutivas para assentamento de agricultores sem terra, permitimos transformações na estrutura agrária, mas não alteramos as relações sociais capitalistas no meio rural. Portanto, a reforma agrária que se impõe e se exige, no momento atual, não vislumbra alterações na estrutura de governo, não altera a correlação de poder.

Neste sentido, não entendemos porque, no próprio núcleo do Governo, esboçam-se reações contrárias ao "Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República" ou tentativas de procrastinar a sua implementação, como a Recente Exposição de Motivos nº 021/85, de 19 de agosto de 1985, que propõe a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelo Conselho de Segurança Nacional e integrado por representantes dos Ministérios da Justiça, Fazenda, Transportes, Agricultura, Educação, Trabalho, Saúde, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Interior, Comunicações, Previdência e Assistência Social, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Reforma e Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Secretaria Especial de Ação Comunitária, com objetivo de elaborar plano de fixação do homem no meio rural.

Em momento algum do texto da Exposição de Motivos referida se fala na "Proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária" elaborada por técnicos e entidades de classe, sob coordenação do MIRAD e, o que é mais estranho, em momento algum o documento do Conselho de Segurança Nacional propõe a reforma agrária como alternativa viável e eficiente de fixação do homem no meio rural.

Neste momento, parece-nos que o Governo se encontra perplexo e dando um passo de recuo naquele propósito assumido de público pelo Presidente Tancredo Neves, em resposta aos anseios da sociedade: implementar a reforma agrária.

O Plano de Reforma Agrária proposto é tímido, despretencioso, não avança em relação ao Estatuto da Terra aprovado em 1964, mas poderá ser um passo importante na reformulação da estrutura da propriedade da terra no Brasil. Procrastinar a sua implementação com diversionismos operacionais — como a recente proposta de um "Plano de Fixação do Homem no Campo" — é incentivar a anti-reforma agrária.

E pertinente, neste momento, lembrar que as condições sociais e econômicas são propícias à implementação de uma reforma no sistema de posse e uso da terra. E urge implementá-la, no mais rápido espaço de tempo possível, antes que ela venha no bojo de um processo de convulsão social.

A implementação da reforma agrária, agora, no Brasil, é importante por vários motivos:

— aliviará as tensões sociais provocadas pelos conflitos que se desenvolvem em torno da posse da terra (em 1984, os conflitos pela posse da terra alcançaram o total de 950, com 180 mortes);

— aliviando tensões, a reforma agrária contribui decisivamente para a estabilidade política;

— integrará ao processo de desenvolvimento nacional um grande contingente de marginalizados do meio rural

("no campo quem não tem a propriedade da terra não tem cidadania");

— proporcionará mais emprego, melhor distribuição de renda e ampliação do mercado interno;

— permitirá a eliminação de uma importante pressão inflacionária representada pela rigidez da oferta de produtos agrícolas que, por sua vez, resulta de uma estrutura fundiária altamente concentrada.

Comenta-se, nestes últimos dias, com insistência, que o Congresso Nacional não ofereceu o apoio necessário à implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Acreditamos que tal afirmativa é uma justificativa mal formulada das intenções de procrastinar a efetivação do Plano. É uma tentativa de deslocar o debate sobre a necessidade de alterações na estrutura da propriedade. É uma tentativa de imputar ao Congresso a postergação definitiva da implementação da reforma agrária.

O Governo sabe, e muito bem, que o Congresso Nacional sempre exigiu medidas urgentes de reformulação do sistema de posse e uso da terra e sempre pregou a reforma agrária como alternativa única de alteração da estrutura fundiária brasileira.

Exigimos, neste momento, que o Governo adote uma posição firme de implementação do Plano de Reforma Agrária como resposta às exigências de transformações na estrutura fundiária brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concede a palavra ao nobre Deputado Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN (PDS — RS) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Três assuntos me trazem à tribuna. Pediria a V. Ex^{as}, Sr. Presidente, que ao final desse como lidos os três documentos que apresento. O primeiro deles é do Sr. Governador Jair Soares, do Rio Grande do Sul, cujo documento se refere àquele pseudo-entendimento de uma reforma tributária que teríamos feito aqui no Congresso e que, depois, tem sido noticiado, que o entendimento feito aqui pelas lideranças não tinha ainda sido aceito pelo Governo. De qualquer forma o Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul se insurge contra o entendimento, porque entende ele que a repercussão da reforma tributária, que havia sido assentada aqui para o Rio Grande do Sul, é mínima e seria muito insignificante para o Governo do Estado. E V. Ex^{as}, Sr. Presidente Passos Pôrto, autor da uma emenda que negociamos arduamente, e por fim aprovamos vitoriosamente graças aos nossos esforços, sabe bem aquilatar da angústia e da ânsia de prefeitos e deputados e, sobretudo, governadores por uma reforma agrária e uma reforma tributária mais justas.

O documento e o telex que o Sr. Governador me enviou, tem o meu apoio, têm a minha solidariedade; e o transcrevo nos Anais do Congresso para que Srs. Congressistas do meu Estado, a quem estou enviando cópias, e Congressistas do Brasil possam aprová-lo, e os próprios órgãos governamentais tomem ciência dos compromissos que na campanha foram assumidos, e que, na palavra do Sr. Governador do Estado, estariam esquecidos neste instante.

O segundo documento que pretendo inserir, também com minha solidariedade, é oriundo da União dos Profissionais Liberais da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, também do Clube dos Engenheiros, do Clube dos Técnicos, do Clube dos Gentes e do Clube dos Aposentados, da Associação dos Funcionários e da Associação dos Advogados da CEEE do Rio Grande do Sul e também do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Termelétrica, Hidrelétrica do Rio Grande do Sul.

Esse telex, Sr. Presidente, transmite a preocupação dos quadros funcionais com a situação daquela companhia e com o relatório interministerial que estaria sendo divulgado e que não é, ainda, do meu conhecimento. Mas mesmo antes de tomar conhecimento desse relatório, gostaria de trazer para os Anais do Congresso as sugestões dos funcionários da CEEE para o revigoramento, para a recuperação daquela empresa, e, evidentemente, trago também com a minha solidariedade, porque entendo que a Companhia Estadual de Energia Elétrica do

Rio Grande do Sul deve sanar os seus problemas, deve enfrentá-los e deve se tornar uma companhia saudável. Aliás os males de que sofre a Companhia do Rio Grande do Sul certamente não são diferentes daqueles males de que sofre todo o sistema elétrico do País, fruto de uma política ao longo do tempo praticada pelo Governo anterior e, certamente, agravada pelo Governo atual. De qualquer forma o que não interessa é discutir muito a política e sim discutir uma saída para essa companhia.

E o terceiro registro, Sr. Presidente, é uma correspondência que recebi do Sr. Prefeito da minha Cidade, Dr. José Haidar Farret, e de cópia de correspondência que ele enviou, também, ao Sr. Ministro do Planejamento, e da cópia de correspondência do Sr. Coordenador da Coordenadoria das cidades de pequeno e-médio porte. Esse assunto se resume no seguinte: ao final do Governo passado o Governo firmou com a Prefeitura de Santa Maria um projeto, um convênio para a elaboração do Projeto Cidades de Porte Médio de minha Cidade de Santa Maria. Imagine V. Ex^{as} o interesse que tenho nisso. E o Governo Federal deu prioridade, junto ao Banco Mundial, para Santa Maria e outras cidades e, se comprometeu a introduzir no orçamento do ano que vem quantia e verba suficiente para dar seqüência a esse projeto.

No exame do orçamento, Sr. Presidente, da própria Coordenadoria das cidades de porte médio, constatamos que essa verba não foi inserida. Então, a minha intervenção é para apelar ao Governo, no sentido de que retifique sua proposta de emenda constitucional e mande logo para cá uma emenda para cumprir esse convênio, porque eu, hoje, me desvaneço com a Assessoria do Congresso Nacional, e sobretudo do Senado, na busca de fazer uma emenda para que o Governo cumpra o convênio que assinou, e é inconstitucional, infelizmente, a emenda. Então, resta-me aqui, fazer o apelo e registrar esse documento para que o Governo Federal envie ao Congresso uma retificação da mensagem congressual para o cumprimento desse convênio, que é importante para Santa Maria e que sei atingirá outras cidades que muito carecem desta providência que acabo de solicitar a V. Ex^{as}

Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. NELSON MARCHEZAN EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Porto Alegre, 3 de outubro de 1985. TLX NR/166/85.

Exmo. Sr.
Deputado Nelson Marchezan
Câmara dos Deputados
Brasília

Conforme entendimentos que mantive com V. Ex^{as}, ratifico a apreensão do Governo do Estado com a tendência que vem se cristalizando entre autoridades financeiras federais e alguns parlamentares, de apenas serem encontrados paliativos, cada vez de menor significado, para a reforma tributária. Nos sentimos no dever de fazer um chamamento e um alerta aos nobres Deputados Federais e Senadores do PDS, bem como à própria bancada gaúcha dos diferentes partidos, no Congresso Nacional, para a injustiça que está se cometendo contra os Estados e especialmente contra o Rio Grande do Sul, pela protelação, mais uma vez, de uma reforma tributária, que ao menos cobrisse uma parcela mínima de que o erário estadual deixa de arrecadar em face de isenções, ou não incidência de ICM.

Através de V. Ex^{as}, peço que faça sentir, no Congresso Nacional, através dos argumentos e dos números que estou citando, a inconformidade do Governo gaúcho pelo tratamento dado à matéria. Além do mais, como toda a proposta do Governo Federal destina-se para 1986, dá a entender que evai-se também, a esperança de uma reforma tributária, mesmo de emergência para 1986.

Para o Rio Grande do Sul, o substitutivo à Emenda Sandoval, que o Governo Federal está enviando ao Congresso, não pode nem de perto ser confundido com "Reforma de Emergência", tanto por suas características como pelo porte inexpressivo da medida anunciada. Na realidade, para o erário gaúcho significará apenas um aumento de Cr\$ 235,4 bilhões, nas receitas da Taxa Ro-

doviária Unica e no Imposto Sobre Serviços de Transporte Rodoviário, ou seja, apenas 1% (um por cento) das receitas orçamentárias do Estado previstas para o próximo ano.

Pelas projeções, o total a ser arrecadado no Rio Grande do Sul, em 1986, com a TRU, será da ordem de 660 bilhões. Conforme a proposta anunciada pelo Governo, metade do valor da taxa ficaria com os Estados e a outra metade com os Municípios, significando, no caso do Tesouro gaúcho, Cr\$ 330 bilhões, no próximo ano. Ressalte-se, no entanto, que o Estado, atualmente, já vem recebendo parcela da TRU recolhida em seu território, que deverá chegar, em 1986, a Cr\$ 176 bilhões. Haveria, assim, um acréscimo, neste item da receita de apenas Cr\$ 154 bilhões.

Com o ISTR ocorre o mesmo. Pela atual sistemática, o Rio Grande do Sul já recebe uma quota-parte, que deveria ser de Cr\$ 34 bilhões, em 1986. Com o substitutivo do Governo Federal, que eleva a participação dos Estados neste imposto para 50% do arrecadado, caberia ao Tesouro gaúcho, Cr\$ 115,4 bilhões, ou seja, uma elevação de Cr\$ 81,4 bilhões, no próximo ano.

Compreende-se a dificuldade da União em abrir mão de receitas, mas a penalização a que foram submetidos os Estados, especialmente os exportadores como o Rio Grande do Sul, não pode continuar; apenas com o isenção de ICM nos manufaturados vendidos ao Exterior, o Rio Grande do Sul deixará de arrecadar cerca de Cr\$ 5 trilhões em 1986.

Pedimos, ainda, a V. Ex^a, esforços no sentido de que a atual negociação em torno do substitutivo à Emenda Sandoval não represente o sepultamento das esperanças de uma reforma tributária mais abrangente, mesmo de emergência, que vem sendo estudada por uma Comissão de Secretários Estaduais de Fazenda e pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, para ser implantada em 1986.

Atenciosamente — Jair Soares, Governador do Estado.
Telegrama
TLX 611163
Nelson Marchezan
DD Deputado Federal
Câmara dos Deputados de Brasília
Praça dos Três Poderes
Edifício Congresso Nacional — Sala 219
Brasília/DF

As entidades abaixo relacionadas vg defendem a viabilização técnico-econômico-financeira da Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE — conforme Plano de Recuperação Setorial e Programa de Investimentos do Setor Elétrico Brasileiro vg acordado em reunião com a ELETROBRAS e as demais concessionárias vg para o quinquênio 1985/1989 pt

Fundamentalmente vg essa viabilização passa pela capitalização da empresa pelo Governo Federal e a rolagem de sua dívida vg de forma a contemplar o seguinte 2pts

1. operação da UTE Presidente Médici — Fase B no 1º semestre de 1986 ptvg
2. continuação das obras da UTE Candiota III — Unidade 1 — permitindo a sua entrada em operação em 1991 ptvg
3. início das obras da UHE Dona Francisca permitindo a sua conclusão em 1992 ptvg
4. manutenção e expansão do sistema de transmissão ptvg
5. adequação do sistema de distribuição pt

Somos frontalmente contrários ao relatório final da Comissão Interministerial criada por decreto do Senhor Presidente da República para análise dos investimentos vg porque desconsidera as análises técnico-econômicas e inverte as prioridades dos projetos do setor elétrico nacional e particularmente os de nosso Estado vg prejudicando claramente os interesses da nossa CEEE e da comunidade gaúcha pt Manifestamos ainda o nosso integral apoio à tomada de posição da empresa vg contrária ao referido relatório final pt Solicitamos os seus maiores esforços no sentido de reverter os atuais rumos do assunto em questão vg junto às autoridades federais pt

Atenciosamente: — União dos Profissionais Liberais da CEEE — Clube dos Engenheiros da CEEE — Clube dos Técnicos da CEEE — Clube dos Gerentes da CEEE — Clube dos Aposentados da CEEE — Associação dos Funcionários da CEEE — Associação dos Advogados da CEEE — Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia vg Termo e Hidroelétrica no Estado do Rio Grande do Sul.

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
Gabinete do Prefeito

OF. 1042/GP/85/ES Santa Maria, 9 de outubro de 1985.

Prezado Deputado:

Conhecedores da inestimável atenção que V. Ex^a dedica aos assuntos de interesse de Santa Maria e região, vimos pelo presente manifestar nossa preocupação com relação ao encaminhamento das negociações em torno do Programa Especial Cidades de Porte Médio — Fase II, na qual nossa cidade está incluída.

Por ocasião da assinatura do convênio, em março do corrente ano, ficou estabelecido a liberação de Cr\$ 600.000.000, destinados a elaboração dos projetos executivos, dos quais somente recebemos o valor de Cr\$ 50.000.000 em 23-9-85, sendo que o município já criou as unidades de administração, e a primeira etapa do projeto que se refere a elaboração do perfil da cidade, já está em fase adiantada de desenvolvimento.

Preocupados com o andamento das fases do programa, como pode ser constatado pelo teor do ofício /CNDU/CPM nº 591 e de ofício enviado ao Excelentíssimo Ministro do Planejamento, em anexo, e ressaltando principalmente ao que se refere a que a SEPLAN/PR não considerou para o orçamento de 1986, recursos destinados ao CPM II, e que esta posição somente poderá ser alterada por proposição do Congresso Nacional, vimos pelo presente solicitar seu pessoal empenho no sentido que essa situação seja alterada, como também pedimos que luteis para conscientização de vossos colegas congressistas, no sentido de apoiar as aspirações de muitos municípios brasileiros que dependem desses recursos para implementar seu desenvolvimento.

Contando com vosso apoio, aproveitamos a oportunidade para enviar ao caro amigo, nosso fraterno abraço.

Cordialmente. — Dr. José Haidar Farret, Prefeito Municipal.

OF. 1048/GP/85/ES Santa Maria, 10 de outubro de 1985.

Excelentíssimo Senhor Ministro:

O Município de Santa Maria, assinou em 5 de março de 1985, com o Ministério do Interior e Governo do Estado do Rio Grande do Sul o convênio 007/GM/85, visando a elaboração do subprojeto Santa Maria — Projeto Especial Cidades de Porte Médio, o qual previa a liberação pela União do valor de Cr\$ 600.000.000, destinados a elaboração do perfil da cidade e anteprojetos, do qual esta Prefeitura recebeu apenas o valor de Cr\$ 50.000.000, em 23-9-85.

Em 21-5-85, através da Lei Municipal nº 2.653/85 foram criadas as Unidades de Administração, estando a primeira etapa do subprojeto, no que concerne ao Perfil da Cidade, em fase adiantada de elaboração.

A Coordenadoria do Programa, a nível nacional, já concluiu o Termo de Referência da Fase II do PCPM, o qual está em apreciação no Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em 11-7-85 esse Ministério solicitou a SEPLAN/PR crédito para desenvolvimento dos projetos executivos e prioridade para negociações com o Banco Mundial, sendo que até a presente data nenhuma das solicitações foram atendidas.

Em 5-9-85 o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, enviou a SEPLAN/PR pedido de crédito para manutenção das equipes técnicas locais e continuação dos trabalhos até o final de 1985, sendo que essa Secretaria não se manifestou sobre o assunto.

Dentre esses fatos, o mais grave e preocupante aos Municípios envolvidos no Programa Cidades de Porte Médio, é o de que não foi considerado no orçamento para o exercício de 1986, recursos destinados a implementação da fase II do programa.

Manifestada nossa preocupação, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de consideração.

Cordialmente. — Dr. José Haidar Farret, Prefeito

Municipal.

Ofício/CNDU/CPM/Nº 591

Do: Coordenador da CCPM

Endereço: W/3 Norte — Q. 510 Bl. C — Edifício Cidade de Cabo Frio — Brasília — DF

Ao: Dr. Flávio Portela

DD. Secretário de Planejamento de Santa Maria

Assunto: Informações sobre a situação do Projeto Cida-

des de Porte Médio — Fase II

Senhor Coordenador

Sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Senho-

ria o seguinte:

1. foi concluído por esta Coordenadoria o Termo de Referência a ser apresentado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República SEPLAN/PR relativo à Fase II do Projeto Cidades de Porte Médio, estando no momento em apreciação no âmbito deste Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

2. através do Aviso/GM/MDU/Nº 110 de 14 de julho p.p., foi solicitado à SEPLAN/PR um crédito no valor de Cr\$ 45,5 bilhões com vistas ao desenvolvimento de projetos executivos, visando o efetivo inicio do Projeto, bem como solicitada a concessão de prioridade para fins de encaminhamento das negociações oficiais com o Banco Mundial para o financiamento parcial do CPM II. Até à presente data a SEPLAN/PR não efetuou o crédito, nem tampouco concedeu a prioridade;

3. através do Aviso/GM/MDU/Nº 232, de 5 de agosto p.p. foi solicitado à SEPLAN/PR um crédito no valor de Cr\$ 8,5 bilhões com vistas à manutenção das equipes técnicas locais, e continuidade dos trabalhos de preparação, até o final de 1985. Até à presente data não houve qualquer manifestação oficial por parte da SEPLAN/PR;

4. a SEPLAN/PR não considerou no Orçamento para 1986 encaminhado ao exame do Congresso Nacional a solicitação de recursos no montante de Cr\$ 188,4 bilhões efetuada pelo MDU com vistas ao início da implementação de obras e serviços do CPM II. Esta posição poderá vir a ser alterada por proposição do Congresso Nacional.

Solicito a gentileza de dar conhecimento destas posições às prefeituras Municipais envolvidas com o Projeto CPM/BIRD — Fase II.

Atenciosamente. — Silvio Cordeiro — Coordenador da Coordenadoria das Cidades de Pequeno e Médio Por-

te.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Botelho.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As informações de que o Governo prepara um novo pacote de medidas econômicas que elevarão a carga tributária sobre os rendimentos de pessoas físicas e jurídicas devem deixar preocupados todos aqueles que vêem a gravidade da situação em que estamos vivendo. A preocupação deve ser ainda maior, porque essas meras informações dão conta de que os assalariados terão que pagar mais Imposto de Renda.

E essa a fórmula que o Governo encontrou para resolver o problema do déficit público. Aí nascem muitos dos desequilíbrios da nossa economia, fazendo uma série de círculos viciosos que nos levam à inflação. Acho louvável que o Governo pretenda colocar o combate ao desequilíbrio em suas contas como uma das prioridades da área econômica. Mas os trabalhadores e assalariados não podem ser os únicos sacrificados, como até agora tem ocorrido. Sou de opinião que o equilíbrio só será encontrado na medida em que o sacrifício for repartido também entre o próprio Governo, os setores produtivos, patrões, os homens que detêm o capital e também os políticos. Seria o chamado pacto social que o Governo apregoa com vários nomes, mas que até agora não consegui decolar, sobretudo porque o Governo não consegui sequer defini-lo. Até agora, o Governo o procura

atualhoadamente, sem objetivo claro e desorganizada mente.

Ao mesmo tempo em que anuncia a vontade de conversar, o Governo mostra certa timidez de planos, de programas, de ação que preocupam aqueles patriotas mais responsáveis. É alarmante, por exemplo, que continuemos com um déficit público em cifras muito sérias, depois de cortes sucessivos nos investimentos públicos, desaquecimento de programas dos ministérios, combate a mordomias, austeridade, rolagem da dívida, queda nos juros externos, aumento das exportações e redução nos preços externos de petróleo, além de outros fatores. E o déficit público foi subindo, subindo, a princípio pelas notícias desencontradas de ministros e depois pelo nosso desinteresse em acompanhar diariamente a dança dos números.

Agora vêm os aumentos dos impostos. O assalariado vai sofrer duas vezes. Primeiro, porque vai pagar mais pelas mercadorias; segundo, porque ele também vai pagar mais imposto. Aí entra o problema do pacto social. Eu entendo que pacto social, como medida isolada, como retórica, como conversa fiada, não tira do fundo do poço a nossa economia. Falta energia, falta decisão e sobretudo uma programação global, em que a economia, tenha tratamento prioritário, porque sem equilíbrio econômico-financeiro a situação vai de mal a pior e não será o aumento de impostos que vai resolver o nosso problema, como não foi o corte de investimentos públicos.

Entendo que a problemática econômica do Brasil deve ser tratada dentro de um prisma global que envolva prioridades econômicas, dívida externa, programa de austeridade, combate às mordomias que ainda existem, taxação de ganhos de capital, redução nas taxas de juros, política adequada de exportação, reorganização do mercado-interno e assim por diante. Aumentar apenas o imposto, contemplando o setor público com mais recursos, pode ser apenas uma artimanha pré-eleitoral, pela qual o Governo pode pagar muito caro.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, entendendo que o Governo vem perdendo muito tempo e jogando prestígio fora, mas adiando compromissos inadiáveis. Não temos mais Andreazza no Governo; não temos mais Delfim no Governo, mas a coisa não está boa.

Estou levantando esses problemas não é com o fim de fazer oposição fácil, mas com a preocupação séria de quem votou em Tancredo Neves e não é subserviente. Estou aqui para cobrar compromissos. Ora, o PMDB abaiou a cabeça; a Frente Liberal não foi da Oposição e está "numa boa"; o PDS não tem garra, porque tem telhado de vidro. E os outros partidos estão perplexos. Ora, o Governo está vivendo de criar fatos fantasiosos, manchetes de jornais que não matam a fome do povo, nem acabam com a miséria, a dependência externa e o sofrimento do nosso povo.

Neste problema da dívida externa, por exemplo, estamos sendo cozinhados com fogo lento pelos banqueiros internacionais. Ou não estamos capitalizando todo o potencial retórico da Nova República. E este é um dos principais problemas neste círculo vicioso da economia brasileira. Então, por que adiar uma solução que satisfaça os nossos interesses.

Ora, temos que ter a coragem cívica de mandar esses banqueiros internacionais plantarem batata. E que me perdoem a indignação cívica de quem já está cansado de tanto lenga-lenga, de tanta negaça, que acaba apenas prejudicando o povo brasileiro.

Sabemos muito bem que banqueiro nenhum vai apostar num País em crise aguda de credibilidade de seu Governo; em processo de desgaste político; em destrambelhamento interno. E os banqueiros internacionais parecem que estão apostando nisso. Ora, Tancredo conseguiu unir a Nação, preparou a transição sem traumas, uniu politicamente a Nação, viajou pelo mundo e deu credibilidade à Nova República. E o que resultou de tudo isto? Até agora nada. Estamos sendo joguete de banqueiros assim como era no princípio.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é fácil entender que as dificuldades brasileiras são interessantes para os setores capitalistas internacionais. Eles sempre olharam com olho gordo as nossas riquezas, que Deus presenteou a este País para o cumprimento de sua grande missão entre

os povos. Eles querem facilidades para compra de nossos produtos, enquanto nos seguram pela barriga.

Mas isto precisa acabar. E não é com retórica que a coisa vai mudar: é com coesão interna, com transparência de propósitos deste Governo que precisa mostrar na prática qual é o tipo de democracia que está pretendendo propor ao País.

O caso agora recente da Reforma Tributária mostra como o nosso Governo mostra-se trêmulo, reticente, ardidoso, até desonesto nos seus propósitos. Ora, um Governo que propõe o diálogo com os prefeitos, manda que todos assentem na mesa de negociações e acaba dizendo que não avalizou as propostas de seus líderes no Congresso está querendo brincar com a seriedade do momento que estamos vivendo. E não é assim que vamos conseguir uma transição pacífica do autoritarismo para a democracia.

Foi o episódio mais lamentável, mais desgastante que vi nos últimos tempos neste País. Seria muito melhor que o Governo mobilizasse suas lideranças para um "não" categórico aos prefeitos, como se via no passado, no regime autoritário, do que simplesmente fazer com que os líderes da Aliança Democrática sofressem o vexame de negociar um acordo tributário que o Governo não se dispõe a cumprir. E sem dúvida nenhuma uma desmoralização que merece ser explicada para que o Governo possa ter equilíbrio aqui dentro desta Casa. Porque senão vamos ter uma situação como no passado: o Governo de tanto desmentir seus interlocutores acabará não tendo com quem conversar.

Tudo isto deve ser muito bem posto na hora em que o Governo se dispõe a conversar com os trabalhadores. Um Governo reticente como este dificulta a negociação, e agindo como neste episódio da Reforma Tributária o Governo só tende a perder a credibilidade. Pode ser como argumentam alguns que o Presidente Sarney esteja apostando na confusão para fortalecer-se com a reedição do Maior Partido do Ocidente — o agonizante PDS. Mas é preciso que seja advertido para os perigos que isto poderá representar para a estabilidade do País num momento importante da nossa História.

Mas, Sr. Presidente, voltando ao problema dos desajustes econômicos do Governo, o País está precisando de um programa amplo. E é neste sentido que conclamo os líderes da Aliança Democrática para que saiam desta perplexidade em que estão. O Brasil está precisando do patriotismo de todos nós. Para começar, deveríamos adotar de imediato uma posição definida de apoio ao Governo para que seja efetivada a negociação da dívida externa em bases que resguardem o interesse interno. Eu acredito que não podemos e não devemos deixar o Executivo sozinho nesta história. Uma posição desta Casa, definida e em consonância com a expectativa nacional, seria o respaldo de que este Governo carece. E preciso lembrar que o Doutor Tancredo Neves já morreu há algum tempo e que está no poder o Sr. Sarney que precisa de ser amparado para bem governar. Se morreu o seu líder maior e o seu inspirador, o Doutor Tancredo, os compromissos da Aliança Democrática não morreram.

Assim como esta Casa se mobiliza para dar ao Sr. Sarney respaldo para o cumprimento da Reforma Agrária, o mesmo deveria ser feito para se chegar a uma negociação da dívida externa. Sem unanimidade ou consenso para solução deste problema, o Sr. Sarney terá dificuldades, como está tendo.

Que tudo isto sirva de reflexão para todos nós. A Aliança Democrática não representou a aglutinação de forças para o cumprimento de uma decisão momentânea. Ela tem que se engajar no processo de reconstrução do País, sob pena de ser mal entendida e interpretada pela Nação.

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis, último orador inscrito para o período de breves comunicações.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Lamentavelmente não iremos poder votar hoje a Proposta de Emenda à Constituição que visa a permitir o

plebiscito no Estado do Rio de Janeiro, para saber se a população da Cidade do Rio de Janeiro e das cidades do interior fluminense está satisfeita ou não com a fusão. Lamentavelmente não há quorum para a votação.

Eu, Wilmar Palis, morador no Estado do Rio de Janeiro, lamento profundamente que emenda de tal importância, para ela não haja quorum. Mas, queremos dizer que honrados companheiros do Estado do Rio de Janeiro estão aqui, Senadores e Deputados, correspondendo com os compromissos do nosso povo, do nosso Estado, para votarmos essa emenda, (manifestação da galeria) e agradeço, em nome de meus companheiros, os aplausos da galeria, muitos que vieram de longe, do Estado do Rio de Janeiro, de ônibus, estão praticando o verdadeiro exercício da democracia. E vocês, queridos amigos, eletores do Estado do Rio de Janeiro, podem levar para o nosso povo, no nosso Estado, a certeza de que seus Deputados não traíram esses princípios fundamentais de procurar corresponder à confiança do povo, povo que os elegeu através do sagrado direito do voto, e é por isso que Wilmar Palis continua (manifestação das galerias) pregando as eleições Diretas-Já para Presidente da República. Eu não traí aquele juramento que fiz na madrugada, do dia 25 de abril de 1984, quando votei ao lado de honrados companheiros nas "Diretas-Já"; não esqueci dessa campanha e continuei nela, continuei com ela e vou continuar com as forças que Deus nos dá, para que possamos um dia ter realmente implantada, neste País, a verdadeira democracia, a democracia que dá força ao governante, porque a um governante que não é ungido pelo voto do povo lhe falece força, lhe falece competência, lhe falece descritivo para bem governar. O que vemos hoje no País é um arremedo de Governo; Governo que tem o mando, mas que não tem o comando. Mando é a força, é a autoridade, é o poder de comandar que, infelizmente, o nosso atual Presidente da República não tem esse comando. O Brasil está à deriva, o Brasil no nosso entendimento, só terá governo no dia que esse Governo for legitimado pelo voto popular. Sem o voto do povo, não há legitimidade de Governo, e com a morte de Tancredo Neves, que acompanhamos pelo Brasil afora, naquela jornada cívica memorável, perdeu o Brasil e perdeu a democracia.

Queremos dizer que nossa campanha pelas eleições diretas vai prosseguir. Dizem que nossa voz da tribuna da Câmara é única. Não importa! Mas, enquanto Deus nos der força, essa voz não silenciará. Não podemos comunicar com as mentiras prolatadas pelo Governo com referência aos índices inflacionários, esses índices dados ao domínio da opinião pública pelo Governo...

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Fazendo soar a campainha.) — Lembro ao nobre orador que já se esgotou o tempo de que dispunha.

O SR. WILMAR PALIS — Sr. Presidente, nem cinco minutos se passaram. Peço a benevolência de V. Ex^a para que eu encerre, com o respeito a essa Presidência, a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — V. Ex^a será atendido.

O SR. WILMAR PALIS — Esses índices inflacionários, dados ao domínio da opinião pública pelo Governo, são mentirosos. Dizem que a inflação baixa, que a inflação está estacionária, quando o custo de vida dispara; o Governo é mentiroso. Assino embaixo! Wilmar Palis. Esses índices são mentirosos!

As famílias de vocês, que vieram do Estado do Rio de Janeiro para nos prestigiar, aqui, sabem que, quando vão ao supermercado, verificam que tudo está subindo. Como é que a inflação pode estar estacionária ou baixando, se os serviços públicos aumentam cerca de 40, 45%, como essa famigerada tarifa de energia elétrica, que a cada mês aumenta e aumenta num disparado tremendo, como é que essa inflação está estacionária?

Há poucos dias aumentaram o preço do leite tipo B em 43% e agora o CIP se reúne para aumentar o leite do povo, do pobre, o leite tipo C, em cerca de 30 a 40%. Como é que essa inflação está nos parâmetros dos 9%? O Governo é mentiroso!

Vejam Srs. Congressistas, os remédios pela hora da morte e o CIP se reúne e determina um novo aumento de

25,4% nos preços dos remédios que o povo não pode mais comprar.

E como é que a inflação está estacionária em 9,1% e diz o Ministro Dilson Funaro, lá de Seul, há poucos dias, que a inflação não pode ir além de 9%? O Ministro está no meio do mês e já determina qual vai ser a inflação. Isso é uma pantomima de Governo, isso é uma farsa! Como é que no décimo quarto dia pode-se saber qual vai ser o índice inflacionário do corrente mês?

Concluo, Sr. Presidente, declarando que, infelizmente, não vamos poder votar a Emenda do Deputado Álvaro Valle para possibilitar o plebiscito no nosso Estado, sobre quem quer que a fusão continue ou quem quer a desfusão. Não há número para votação, mas queremos dizer a vocês que vieram de longe, que vieram de ônibus porque não têm dinheiro, para pagar passagem de avião, que comeram poeira pelas estradas afora, que se sacrificaram, vocês não vão embora, não voltam para o Rio de Janeiro em vão, levam a nossa palavra de carinho, a nossa palavra de admiração, a nossa palavra de respeito a cada senhora, a cada cidadão que aqui veio nos prestar. (Manifestação das galerias.)

Quero declarar que vocês não retornam ao nosso Estado, o Rio de Janeiro, em vão. A nossa palavra de carinho, de respeito e de admiração, como dissemos há pouco, vai dentro da sua alma, porque a presença de vocês também nos engalanou, encheu de alegria a nossa alma e a certeza de que este Plenário do Congresso Nacional fica engrandecido com a vossa presença.

Deus salve o Brasil! Deus salve todo o nosso povo e "Diretas-já", a solução para a salvação da Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Amazônia Ocidental acaba de lavrar memorável teto, graças à mobilização dos seus parlamentares de todos os partidos; ao apoio dos Presidentes Ulysses Guimarães, da Câmara dos Deputados, e José Fragelli, do Senado Federal e do Congresso Nacional; à expectativa organizada de sua sociedade e à sensibilidade demonstrada pelo Ministro das Comunicações Dr. Antônio Carlos Magalhães. Trata-se da concessão, à Rede Amazônica de Rádio e TV, do satélite doméstico BRASILSAT, que vem modernizar as comunicações da área, quebrando, de forma categórica, um isolamento prejudicial, irmão do atraso, cúmplice do subdesenvolvimento, parceiro da desigualdade, aliado do abandono secularmente votado ao meu povo.

É enorme o contentamento do Presidente da Rede Amazônica, Dr. Philippe Daou. Sabe ele que o BRASILSAT, capaz de enviar para o seu terrão, instantaneamente, informações internacionais, nacionais, regionais e locais, significa o coroamento de luta iniciada no jornalismo escrito de Manaus. Isto no plano pessoal e profissional, no que resume a realização plena de um homem talentoso e dedicado ao trabalho.

Há também o terreno político a ser apreciado, Sr. Presidente, e há o aspecto sócio-econômico, fundamentais para que se interprete e desenvole a história dos povos. A Amazônia Ocidental cresce politicamente e abre terreno para a maturidade plena. A Amazônia descerra perspectivas para a redenção econômica e social do seu povo, a partir das conquistas que vai obtendo sob os quadros da Nova República.

Na vitória da Rede Amazônica e da Amazônia Ocidental, foi valiosa a contribuição da Rede Globo, assim como, vale a repetição, a postura dos Presidentes Ulysses e Fragelli e a pronta ação do Ministro das Comunicações. Foi um conjunto, enfim, que se manifestou desde o documento firmado pelos deputados e senadores da área. Foi conjunto que, pela presteza e pela lucidez, agiu em favor de um povo sofrido e, teimosamente, esperançoso.

As coisas vão mudando para melhor. O Presidente Sarney acaba de reafirmar o seu compromisso com a

Zona Franca, anunciando a prorrogação do tempo de vigência até após o ano 2000. A Democracia faz soprar os ventos do bom trabalho e do bom resultado. A ditadura era a negação da felicidade e a afirmação da injustiça e do aprôbrio.

Penso dizer, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que vai soando o tempo das vitórias para a minha região. Agora mesmo, acabo de sair do Palácio do Planalto, onde mantive demorado contato com o Presidente Jose Sarney, ao lado dos Deputados Carlos Alberto de Carli e Mario Frota. Lá, ouvimos, com honra e satisfação, a concordância presidencial à nossa proposta de, no recesso parlamentar, ser destinado um sábado inteiro, a exemplo do que ocorreu, há meses, com os diversos segmentos do pensamento econômico brasileiro, ao debate da Amazônia e dos seus macroproblemas.

Para esse encontro, levaremos o mais expressivo pensamento científico regional, o mais representativo da formulação universitária, da política sindical, empresarial, popular, estudantil, executiva e parlamentar.

Nós, que reivindicamos para a nossa Amazônia o Status de questão nacional — tal qual a mulher, o negro, o índio, a terra, o salário, a renda, a dívida externa — saímos contentes da audiência com o Presidente da transição democrática. Nós, que pretendemos ver angajado na luta — que insistimos ser nacional — o sentimento de todo o País do Norte ao Sul, do Leste ao Oeste, conquistamos a oportunidade de expor as nossas teses, as nossas preocupações, os nossos projetos, os nossos sonhos ao inteiro da opinião pública brasileira.

Vamos avançar muito, Sr. Presidente, porque a Amazônia cansou do silêncio, da pretensão e do abandono.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alvaro Valle, como Líder do Partido da Frente Liberal.

O SR. ÁLVARO VALLE PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha, que falará como Líder do Partido da Frente Liberal.

O SR. CELSO PEÇANHA (PFL — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Eis uma proposta de emenda constitucional que reflete na verdade o pensamento de todos os que vivem e labutam em duas Unidades da Federação.

Essa fusão que está sendo examinada, neste momento no Congresso, foi uma imposição de um regime discricionário, de um período autoritário da nossa História; foi um ato de força que feriu fundo e forte os sentimentos de duas Unidades do País. A fusão nunca refletiu o pensamento dos que vivem no antigo Estado do Rio, nem dos que vivem e sempre viveram no Estado da Guanabara. Ela, examinada sob o aspecto cultural, estudada dentro dos princípios de sociologia, economia, de administração, a fusão extrapola todos esses princípios; ela também contraria a História do País e aqueles que, mergulhando nos problemas nacionais, procuraram nos levar os melhores trabalhos da Ciência Política. Se olharmos para o passado, antes da República, encontraremos em Tavares Bastos, princípios que consagram a centralização política e a descentralização administrativa. Mais tarde, em plena República, Alberto Torres, filho de Itaboraí, o feliz autor de *Vers la Paix*, pregava a centralização política e, examinando a extensão territorial deste País, aconselhava a descentralização administrativa. Vejam bem, Oliveira Viana, filho de Saquarema, em todos os seus trabalhos de Ciência Política, sobretudo, em "Instituições Políticas do Brasil", ele diz que a Nação precisa, por ser extensa, centralizar o poder político, dar força para que continue unida ao poder central. Mas o mestre também pregava que era preciso descentralizar, dividir a Nação, seccionar os Estados, para fazer com que vivificassem, em todas as Unidades, o progresso e o desenvolvimento.

Sr. Presidente, eu poderia citar centenas de autores nacionais, todos repudiando, com os seus princípios e com a sua doutrina, essa malinada e, porque não dizer, perversa fusão, que procurou misturar duas histórias completamente diferentes, sem dar nenhuma noção de grandeza, nem de desenvolvimento às duas Unidades. À época proclamavam: é preciso estabelecer-se um Estado no Brasil que venha a se contrapor a São Paulo; é preciso criar o Estado do Rio de Janeiro, com a fusão, para que São Paulo diminua seu poder. Puro engano, leda mentira! Depois, com a fusão, feita numa madrugada, aqui nesta Casa, sob o protesto de muitos parlamentares fluminenses, e o último a falar, com veemência e com força, por que S. Ex^a a tem, no seu passado e no seu presente, foi o Senador Amaral Peixoto, sob o protesto de todos eles, fez-se essa fusão.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu já afirmava que a história dos dois Estados são histórias completamente diferentes. A vocação política, a vocação administrativa do Estado da Guanabara, da antiga Capital do Rio de Janeiro, é diferente da do meu Estado. No meu Estado, desde o Império, surgiram os vultos maiores que influenciaram a unidade nacional.

Se mergulharmos na história, nós encontraremos na Colônia e, depois, no Império, os vultos maiores que traçaram os rumos desta Nação, vindos do Estado do Rio de Janeiro, do interior fluminense, e quantas vezes, desta tribuna, ressaltei o valor de nossa gente, trazendo os seus nomes ao conhecimento dos ilustres pares. A História do Estado do Rio de Janeiro, escrita, em parte, por Alberto Lamego, na História Goitacá, em parte por Raposo, na História de Vassouras; e, por outro lado, em Pedro Cúrio, na História de Friburgo, é uma história rica, cheia de bravura, com episódios que ilustram a História Pátria. Mulheres, nós poderíamos exemplificar, em Campos, Benta Pereira e Mariana Barreto que inspiraram a própria bandeira, o lábaro campista, "Aqui até as mulheres lutam pelo Direito".

Por outro lado, o Rio de Janeiro também tem uma história de bravura.

O Sr. Valtor Giavarina — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CELSO PEÇANHA — Ouço V. Ex^a, nobre Líder do PMDB.

O Sr. Valtor Giavarina — Nobre Deputado Celso Peçanha, eu quero, na condição de eventual Líder do PMDB, dizer que o meu Partido se solidariza com a causa que não é a causa do seu Partido, mas é a causa do Rio de Janeiro. (Manifestação das galerias) O Rio de Janeiro hoje assiste a um casamento na polícia, a um casamento forçado, sem que nenhuma das partes tenha dito sim. Mas, a propósito, V. Ex^a, que é do Rio de Janeiro, seria muito interessante se nós soubermos aqui qual a posição do caudilho do Rio de Janeiro, qual a posição do Governador do Rio de Janeiro, do Sr. Leonel Brizola, que não manda nenhum representante seu para falar em favor desta causa tão justa e tão nobre?

O SR. CELSO PEÇANHA — Eu não quero, nobre Deputado, levar o debate para este terreno. Eu não quis convocar o Governador do Estado do Rio de Janeiro para o debate, nem os seus representantes, porque S. Ex^a encontrou um fato consumado, S. Ex^a veio depois. S. Ex^a não tem raízes, nem firmes nem fortes, no solo do rio, nem no solo do Estado do Rio de Janeiro. S. Ex^a veio por força do povo. (Manifestação das galerias) ai está por força do povo, mas S. Ex^a não conhece os fatos com os quais estou lidando e citando neste instante.

Mas, Sr. Presidente, que bela história também é aquela do Rio de Janeiro! Quantas páginas lindas deram-nos os cariocas, desde o início, quando se revoltaram contra Salvador Correia, na imposição de um imposto; quando expulsaram os franceses e constituem, hoje, página excelente na nossa história. Vejo também, no Rio de Janeiro, fatos históricos importantes. Eu poderia dizer que a integração dos dois povos sempre se fez pela sociabilidade de ambos, pela amizade através dos tempos.

Se nós, do Estado do Rio de Janeiro, tínhamos em Niterói, Martin Afonso de Souza, tínhamos Araribóia, percorrendo com bravura, nas correrias sem par, as praias das Flechas ou Icarai, nós, do outro lado, tivemos cariocas que também enfrentaram dificuldades, e foram lide-

res e heróis da época. Mas, nas horas difíceis, os que viviam do lado de lá se transpunham para cá.

Há, na História, um fato de um grande líder maçônico, que, perseguido, antes da Proclamação da República, Gonçalves Ledo, atravessou a baía e veio encontrar cá, em Niterói, apoio na terra que hoje tem, como prefeito, o médico Valdinir Bragança, Presidente da Associação dos Prefeitos Fluminenses.

Sr. Presidente, integração sim, fusão não. Fusão, só com o pronunciamento do povo. Este ato de força, Srs. Congressistas, refletiu o espírito da época, traduziu o sentimento autocrático da ditadura. Ele não foi um ato de vontade, para fazer com que as duas unidades crescessem, porque elas caminhavam, cada uma do seu lado, caminhavam bem e prosperavam.

Fui Governador do Estado do Rio e nunca o fluminense pensou em se unir ao carioca. Admirávamos um aos outros, apertávamos as mãos, comparecemos às solenidades de lá e de lá vinham para cá, mas nunca falamos de um administrador só. Por quê? Porque não é possível fazer-se um administrador só e porque a fusão prejudicou ao Estado do Rio, porque um administrador eleito pelo povo, certamente, vai cuidar mais do antigo Estado da Guanabara. É justo, é notável.

Uma rua de Madureira tem mais votos do que uma cidade como Porciúncula, Bom Jesus, Itapiruna, Natividade, Iracema e Pádua, e, no entanto, essas cidades são núcleos civilizatórios esplêndidos, que prestam e prestaram sempre serviços à comunidade fluminense.

O Sr. Wilmar Palis — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. CELSO PEÇANHA — Com muito prazer.

O Sr. Wilmar Palis — Comunico, nobre amigo e companheiro Deputado Celso Peçanha, que na minha fala há poucos instantes eu omiti o nome e a presença do grande Prefeito de Niterói, Valdenir de Bragança, e eu quero fazer um reparo, que não podia isso ter acontecido. Mas eu quero fazer este registro, aproveitando a gentileza do aparte de V. Ex^e, para comunicar que se encontra na nossa galeria de honra o Prefeito de Niterói, Valdenir de Bragança, um bravo lutador daquela terra que está no nosso coração, no coração do povo fluminense, a terra de Araribóia, Valdenir veio do Rio para prestigiar essa emenda, trazendo vários membros da sua equipe e vários colaboradores, proporcionando a presença em nosso plenário, de várias pessoas que sobremodo honram a todos nós, representantes do povo do Estado do Rio de Janeiro, do povo brasileiro. Para Valdenir de Bragança o nosso abraço fraterno e os parabéns pela sua luta, por sua luta em nossa Niterói. E muito obrigado a todos vocês que nos prestigiam. E obrigado a V. Ex^e.

O SR. CELSO PEÇANHA — Alegrou-me o aparte de V. Ex^e, mas eu poderia acrescentar, ainda, que vieram hoje aqui, vereadores também do interior do Estado do Rio — estive com vários deles de Porciúncula — que vieram dar apoio a essa emenda, para que haja um plebiscito para sabermos se devemos continuar em fusão ou devemos voltar àquelas unidades anteriores.

Sr. Presidente, eu dizia, e sempre proclamo, que ferindo-se uma eleição para Governador do Estado, há de, por certo, sair vitorioso aquele que mais puder falar à classe trabalhadora do Rio e da Baixada Fluminense. Então, eleito, ele não vai deixar de calçar uma rua na Tijuca ou em Madureira, para cuidar da ponte que caiu lá em Rio das Flores ou em Rosal de Santana. Ele não vai deixar de calçar aquele trecho ou construir uma estrada na Barra da Tijuca, para construir um posto de saúde em um distrito do Município de Campos. Não! Ele, por certo, há de, antes e acima de tudo, olhar o aspecto político da sua administração.

Sr. Presidente, poderia citar dados, tenho-os faltamente, sobre o problema do Estado do Rio, da sua economia depois da fusão. Ainda agora, lia que o ICM, nos últimos dois anos, descreceu em 5%. Poderia citar outros dados, todos eles fortalecendo o princípio de que é preciso haver plebiscito, é preciso haver uma escolha, um pronunciamento do povo, a participação do povo para se definir quanto ao assunto.

Sr. Presidente, eu sou favorável à proposta de emenda constitucional. Sou favorável e creio que ela interpreta o pensamento do povo da Guanabara e do povo do Estado do Rio. Não discuto o problema da administração pública atual. Não. Não quero. Também não vou me deter em

exaltar a obra do Governador do tempo da fusão, o almirante Faria Lima, que foi um excelente administrador. O que quero ver é que a proposta presidencial, que não consultou a realidade nacional, feriu todos os princípios, como disse, de Sociologia, de Economia, de Administração, todos os princípios que informam a Ciência Política e a História Administrativa dos dois povos.

O Sr. Edme Tavares — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. CELSO PEÇANHA — Concedo o aparte ao nobre e querido Deputado.

O Sr. Edme Tavares — Nobre Deputado Celso Peçanha, começo o meu aparte por felicitar V. Ex^e, e, de modo especial, o próprio Partido da Frente Liberal, nessa Casa, que tem V. Ex^e, neste instante, como intérprete de toda a solidariedade ao próprio povo do Rio de Janeiro. E V. Ex^e, como mestre, e com a inteligência que lhe é peculiar...

O SR. CELSO PEÇANHA — Muito obrigado.

O Sr. Edme Tavares — ... V. Ex^e conhecedor profundo da História do seu Estado e do País, V. Ex^e faz, neste instante, uma das análises mais sólidas, em termos da própria história, para demonstrar da necessidade de que o próprio povo possa decidir sobre o seu próprio destino. Considero o projeto de emenda constitucional do Deputado Álvaro Valle, como um projeto que se enquadra, perfeitamente, aos nossos próprios compromissos, os compromissos da Aliança Democrática com o povo brasileiro. E a Guanabara, e o Rio de Janeiro, este povo é exemplo, realmente, desse nosso compromisso. Portanto, eu acho que, nesse instante, só temos que colocar neste Plenário, todos os Srs. Deputados e todos os Srs. Senadores para quê, nobre Deputado Celso Peçanha? Para fazer justiça ao povo e que, é que o povo escolha, realmente, o destino que lhe convier.

O SR. CELSO PEÇANHA — Excelente o aparte de V. Ex^e

Eu poderia, Sr. Presidente, (o Sr. Presidente faz soar a campainha.) Concluindo, citar uma das autoridades mais importantes do Estudo dos Problemas Brasileiros, que foi Mário Augusto Teixeira de Freitas. Um sábio, um patriota, um brasileiro destemido e estudioso. Recordo-me de um trabalho dele, sobre o problema da divisão territorial do Brasil, em que ele citava ser o Brasil um País de extensão territorial imensa e que, comparado com aqueles outros que tinham igual extensão territorial, oferecia menos unidades administrativas. Veja V. Ex^e, por exemplo, que aqueles que têm população maior, todos têm também maior divisão territorial. O Brasil precisa fazer uma redivisão territorial para possibilitar a várias áreas o seu desenvolvimento. Enquanto isso, nós mergulhamos no caminho errado e fomos cuidar do Estado do Rio.

Sr. Presidente, creio que a Nova República, que tem providenciado, em vários setores, atitudes e resoluções em favor do povo, deveria encampar a proposta de emenda constitucional do Deputado Álvaro Valle e todos os Partidos comparecerem ao Congresso e pedirem: fusão só por plebiscito, fusão só com a participação do povo, só com a escolha do povo dos dois Estados. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Lomba, como Líder do PDT.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ) — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Partido Democrático Trabalhista está presente a esta sessão, diferentemente do que falou o nobre Líder Valmor Giavarina, do PMDB. O Deputado Valmor Giavarina perguntou em aparte ao Deputado Celso Peçanha, do Partido da Frente Liberal, qual seria a posição do — palavras dele. Deputado Valmor Giavarina — caudilho do Rio, Governador Leonel Brizola. Eu queria dizer ao Deputado Valmor Giavarina ...

O Sr. Celso Peçanha — Eu pedia a V. Ex^e para não chamar o Senador Amaral Peixoto de caudilho, porque a expressão poderia ser um pouco diminutiva. Ele, na verdade, é um chefe político, e caudilho é diminutivo. Com o respeito que tenho a V. Ex^e eu quero contraditar.

O SR. SÉRGIO LOMBA — Eu acho que V. Ex^e estava distraído. Eu estou me referindo ao que falou o Deputado Valmor Giavarina em relação ao Governador Leonel Brizola. V. Ex^e estava distraído. O caudilho, Governador Leonel Brizola.

Mas, continuando, Sr. Presidente, eu quero dizer que a opinião do Governador Leonel Brizola a respeito do plebiscito que ora está em pauta para votação, neste instante é de menor importância. É de menor importância, porque o Deputado Valmor Giavarina bem sabe que nós temos a separação entre os poderes. O Governador Leonel Brizola representa o Poder Executivo no Estado do Rio de Janeiro, nós aqui representamos o Poder Legislativo, a quem cabe falar e a quem, na realidade, o povo está esperando que se posicione e que, claramente, possa dar a sua posição a respeito dessa questão do plebiscito, se faremos o plebiscito ou se não faremos o plebiscito. Nesse aspecto, eu gostaria de dizer ao Deputado Valmor Giavarina e ao Deputado Celso Peçanha, que a opinião do Governador Leonel Brizola, no presente caso, é totalmente irrelevante, mas não é a posição do Partido do Deputado Valmor Giavarina, o PMDB, e também não o é, igualmente, a posição do Partido da Frente Liberal que se estivessem presentes aqui, teriam dado quorum com os seus 330 Deputados e que se ausentaram do plenário, porque efetivamente não queriam que o povo do Estado do Rio de Janeiro se definisse a respeito de uma questão que, diga-se de passagem, também não diz respeito ao Governador Leonel Brizola que estava no exílio, quando a fusão foi determinada por ato arbitrário de um governo que, diga-se de passagem, a ARENA e o atual PDS assistiram calados, sem nada falar e sem levantar a sua voz para impedir isso. Inclusive alguns personagens que ainda hoje militam no PDS e que naquela ocasião da ARENA não ousaram levantar a sua voz, porque o ditador da época assim impôs e não tinham coragem de se posicionar contra as decisões arbitrárias que eram tomadas, temerosos de perderem os seus mandatos.

Eu gostaria de dizer que perguntar deste plenário, qual a posição do Governador Leonel Brizola a respeito do assunto é irrelevante. Eu quero dizer que se esta Casa, se o PMDB e a Frente Liberal colocarem em plenário os seus Deputados para voltarem o plebiscito, o plebiscito será realizado, e o Governador Leonel Brizola, democrata que é, irá respeitar a vontade do povo do Estado do Rio de Janeiro. Não foi o Governador Leonel Brizola — repito — quem fez a fusão. Quem fez foi um ditador da época antiga ARENA e do atual PDS. Então, não podem o PMDB, a Frente Liberal e o PDS querer dar ao Governador Leonel Brizola lições, porque lhes faltam condições para tal. É preciso que se respeite o Governador do Estado do Rio de Janeiro, que não é um caudilho, é um democrata.

O Sr. Celso Peçanha — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO LOMBA — Pois não, Sr. Deputado.

O Sr. Celso Peçanha — No meu discurso, em nenhuma ocasião eu procurei ferir o Governador Leonel Brizola, pelo contrário, pedi que não me trouxessem ao debate o problema político atual. O Governador Leonel Brizola foi eleito pelo povo de ambos os Estados, ele encontrou um fato consumado. Creio que usei essa expressão em meu discurso, de sorte que V. Ex^e só pode manifestar-se favoravelmente ao pronunciamento do povo, o que está fazendo. E quanto aos Deputados do antigo Estado do Rio, da época, devo dizer que muitos deles se pronunciaram contrariamente à fusão. Por certo não tiveram o ardor que teriam hoje, porque na época havia o império do AI-5. Mas, vamos fazer justiça, não foi possível de maneira nenhuma as forças políticas, as forças progressistas de ambos os Estados, se pronunciarem, foi apenas a voz de um cidadão, de um Presidente da República que não foi eleito pelo povo, que achou por bem, tavez para servir à Nação. Vamos fazer justiça nesse ponto. O Governador de V. Ex^e não entrou na cena, está por fora. Ele é o nosso Governador atual e merece todo o respeito.

O SR. SÉRGIO LOMBA — Quero dizer ao Deputado Celso Peçanha, Líder do Partido da Frente Liberal e ao Deputado Walmer Giavarina, Líder do PMDB, que o PMDB e a Frente Liberal coloquem os seus Deputados em plenário para voltar, como...

O Sr. Oswaldo Trevisan — Permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. SÉRGIO LOMBA — ...bem defendeu a realização do plebiscito e, identicamente, o nobre Deputado Celso Peçanha que defendeu a realização do plebiscito. Juntos, PMDB e Frente Liberal, têm mais de 340 deputados nesta Casa, têm o quorum necessário para aprovação do plebiscito. Que eles coloquem em plenário os seus Deputados e aprovem o plebiscito, e o resultado que for, o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, irá acatar como democrata que é. E, efetivamente, não poderia fazê-lo de outra forma.

Ouço o nobre Deputado Oswaldo Trevisan.

O Sr. Oswaldo Trevisan — Nobre Deputado Sérgio Lomba, aparteio V. Ex^e com todo respeito e lembro que tanto o PMDB como o Partido da Frente Liberal, já manifestaram claramente o seu posicionamento a favor da aprovação desse projeto.

O SR. SÉRGIO LOMBA — Mas, não adianta manifestar-se através da liderança. É preciso colocar os Deputados em plenário. Vamos tornar as nossas palavras práticas. Manifestação das galerias.) Se o PMDB e a Frente Liberal estão de acordo, coloquem os Deputados em plenário para votar. Não adianta falar uma coisa e fazer outra. O povo não se engana com esse tipo de argumentação. Vamos tornar as coisas práticas.

O Sr. Oswaldo Trevisan — E exatamente aí que eu gostaria de perguntar a V. Ex^e, por acaso, quantos Deputados do PDT estão presentes em plenário?

O SR. SÉRGIO LOMBA — O PDT não está aqui porque sabia que o PMDB e a Frente Liberal iriam retirar os seus Deputados para não dar quorum. Porque se não estariamos aqui votando, como sempre o fizemos, ao lado do povo. Só não estamos aqui e, digo de passagem, o PDT não dá quorum, com os seus 22 Deputados, para emendas constitucionais. Mas, o PMDB e a Frente Liberal dão. Coloquem os seus Deputados aqui e tornem práticas as suas palavras.

O Sr. Oswaldo Trevisan — V. Ex^e e o seu partido terão oportunidade de, juntamente conosco, PMDB e Frente Liberal, aprovar esse projeto na próxima semana.

O SR. SÉRGIO LOMBA — Nós esperamos que o projeto possa ser colocado em votação, — nós não fizemos a fusão. Nós iremos respeitar a opinião do povo do Estado do Rio de Janeiro, se efetivamente o PMDB e a Frente Liberal colocarem em plenário os seus Deputados.

O Sr. Antônio Dias — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. SÉRGIO LOMBA — Pois não, ouço com muito prazer.

O Sr. Antônio Dias — É sempre uma alegria ouvi-lo e sempre estamos aprendendo com V. Ex^e. Como Vice-Líder da Frente Liberal tenho a procuração do Partido para apoiar a separação e o projeto do nosso colega Álvaro Valle. Agora, para ser claro, cristalino, como devemos ser todos nós, nós gostaríamos que V. Ex^e se posicionasse aqui e agora, a favor ou contra a separação.

O SR. SÉRGIO LOMBA — O que já estamos falando aqui, neste momento já é mais do que uma declaração da

nossa posição. O que acontece, Deputado é que não adianta falar, palavras bonitas não resolvem. O PDT não tem condições, o PDT coloca aos seus 22 Deputados aqui, para votar. Agora, o PDT com o Partido Liberal não darão quorum para aprovação de Emenda Constitucional. Nós queremos saber é da posição efetiva, não da posição que se fala do PMDB e da Frente Liberal.

O Sr. Antônio Dias — V. Ex^e vai votar favorável à separação e ao desmembramento?

O SR. SÉRGIO LOMBA — O PMDB e a Frente Liberal coloquem seus Deputados em plenário que V. Ex^e irá saber qual é o voto do PDT, que parece bastante claro para todos nós.

O Sr. Antônio Dias — V. Ex^e não entendeu a minha indagação. Só quero saber sim ou não. São dois, é o positivo e o negativo que V. Ex^e vai votar.

O SR. SÉRGIO LOMBA — E quero saber é quando o PMDB e a Frente Liberal vão colocar os seus Deputados ou se vai continuar fazendo como hoje.

O Sr. Antônio Dias — Quer dizer que V. Ex^e é contra o desmembramento?

O SR. SÉRGIO LOMBA — V. Ex^e entendeu muito bem o que eu disse. Na hora em que o PMDB e a Frente Liberal colocar os seus Deputados dentro do plenário, V. Ex^es saberão qual é a posição do PDT, mas quero dizer de antemão que será sempre em defesa do povo do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Antônio Dias — Então a favor da separação.

O SR. SÉRGIO LOMBA — V. Ex^e ouviu muito bem o que eu disse. Não adianta o líder do PDT em exercício vir aqui dar uma declaração de voto, como estão fazendo o PMDB e a Frente Liberal, e não colocar os seus Deputados em Plenário. O importante é o quorum para votação. Não adianta a gente ficar aqui apregoando sou a favor ou sou contra e não se dar quorum para votar. Essa é uma forma de se iludir a população que está esperando uma resposta. Essa resposta não cabe ao PDT, essa resposta cabe mais ao PMDB é à Frente Liberal que dominam, nesta Casa, mais de 2/3 de Deputados. É preciso sim que haja o quorum.

E para terminar, Sr. presidente, quero dizer também que já que o Deputado Celso Peçanha falou e se defendeu e...

O Sr. Edme Tavares (PDS — PB) — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. SÉRGIO LOMBA — ... lutou muito contra a fusão aqui nesta Casa, e gostaria de saber, efetivamente, quais foram os Deputados da antiga ARENA, ou mesmo do PMDB, que nesta Casa lutaram contra o ato arbitrário que determinou a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina, como Líder do PMDB.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR) — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Quero deixar muito clara a posição do PMDB. Primeiramente quero deixar claro a minha posição pessoal. Se o nobre Deputado Sérgio Lomba tiver o cuidado de ler a proposta, que é assinada em primeiro lugar pelo nobre Deputado Álvaro Valle, vai ver o meu nome, também, como um dos signatários dessa proposta. Porque a proposta passa a ser do terço que lhe dá sustentação e não somente da pessoa que a assina, porque se assim fosse bastaria a assinatura de um parlamentar, de um deputado ou de um senador.

Mas, Sr. Presidente, não quero cometer ao Deputado Sérgio Lomba, Líder do PDT, a injustiça de dizer que S. Ex^e retirou os seus liderados de plenário para evitar que fosse aprovada a emenda, não cometerei essa injustiça! Mas também não posso admitir que se cometa a injustiça contra o PMDB, ao se afirmar que a Liderança do PMDB retirou os seus liderados de plenário, para que essa matéria não fosse aprovada. O que aconteceu, e acontece sempre, é que quando não há uma mobilização de todas as bancadas, para aprovar esta ou aquela matéria proposta constitucional, é normal que não haja quorum para a votação.

No início da sessão tínhamos aqui, talvez, 80, 100 ou 200 Deputados e alguns Senadores, e quando perceberam que não havia quorum todos os retiraram. É testemunha o autor da proposta, o nobre Deputado Álvaro Valle, com o qual tenho conversado reiteradas vezes, no sentido de conseguirmos, através de um consenso de todas as lideranças, recolocarmos esta matéria na pauta da semana que vem, do dia 21 до dia 25, (palmas da galeria) quando todo o Congresso estará sendo mobilizado para votar matérias tão importantes quanto esta; e tenho certeza de que, com a ajuda também do PDT, S. Ex^e também conseguirá colocar a matéria na próxima semana e teremos aprovada a sua proposta que hoje é apreciada nesta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 85, de 1984, que modifica o art. 3º e seu parágrafo único e acrescenta outras alterações na Constituição Federal, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário pelo Senhor Senador Nivaldo Machado.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 20 de agosto próximo passado, às 20 horas, ficando a votação adiada por falta de quorum.

A proposta de emenda à Constituição, nos termos do art. 48 da Lei Maior, exige quorum de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse quorum, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nos termos do art. 55, § 1º, in fine, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 45 minutos, neste plenário, destinada à votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs. 25, de 1985-CN (8ª sessão); e 18, de 1985-CN (3ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 45 minutos.)

Ata da 321^a Sessão Conjunta, em 16 de outubro de 1985

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 20 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Ju-

rema — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Calvacante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jaison Barreto —

Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB; Nôsser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbaga — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Vicira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Corrêa Lima — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; César Cals Neto — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leonor Belém — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araújo — PFL.

Rio Grande do Norte

Ving Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Edmíl Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Carlos Magalhães — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissim Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Félix Mendonça — PTB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Vianna —

PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Faicão — PDS.

Esírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Pedro Ceolin — PDS; Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDS; Alair Ferreira — PDS; Aloisio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Edson Tessier — PTB; Emmanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFI; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christovam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Dimas Perin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nilton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Piamenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldinho Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Dei Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; José Gencino — PT; Maluly Neto — PFL; Mário Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Paulo Maluf — PDS; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tídeu de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldemar Santilli — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Edison Garcia — PFL; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alençar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Ary Kiffuri — PDS; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PFL; Norton Maceio — PFL; Oswaldo Treyisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanus — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maidaner — PMDB; Fernando Bastos — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Paulo Melo — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clárcio Platon — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 294 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1983 (nº 4.093/80, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que revoga o art. 22 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabeleceu normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos portos nacionais e da Rede Ferroviária Federal.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina, pela ordem.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR) — Pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é evidente a falta de quorum. Nessas condições e com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito de V. Ex^a o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — É regimental o requerimento de V. Ex^a. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores e nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 50 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6 000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visa do, pagáveis em Brasília ou
Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº
920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

- Textos atualizados, consolidados e anotados da Constituição Federal e das Constituições de todos os Estados.
- Remissões, nas Cartas Estaduais, aos dispositivos da Constituição Federal.
- Notas: redações anteriores e declarações de inconstitucionalidade
- Índice temático da Constituição Federal
- Índice temático geral de todas as Constituições Estaduais

4 volumes
Preço:
Cr\$ 30.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP. 70160)

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição — 1984
Preço = Cr\$ 10.000,

• À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00